

Os militares na sociedade



MANUEL CRACEL

Coronel, pres. da Assoc. de
Oficiais das Forças Armadas

Sob os mais variados pretextos, com sustentação em meias verdades e não raras vezes em manifesto desconhecimento dos pressupostos em que assenta a coisa militar, tem-se vindo a veicular para a opinião pública uma imagem tão injusta quanto distorcida da instituição militar e dos militares que a integram.

Postura que entendemos inaceitável por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar porque nesta, como em qualquer outra nação, as Forças Armadas, bem como os militares que delas fazem parte, deverão ser entendidos como inestimável

património, material e imaterial, em condições de, a todo o momento, se constituírem esteio de um bem irrenunciável para qualquer povo – a soberania da sua pátria!

Recordando a rábula do saudoso Raul Solnado e a sua guerra de 1908: uma nação não pode fechar a porta da guerra para a abrir quando as conveniências de momento o exigirem! Deve, sim, é preparar-se em tempo de paz para poder garantir a sua soberania quando e sempre que ela seja posta em causa.

E, convenhamos, estando a soberania económica e política pelas ruas da amargura, resta o pilar da defesa militar como afirmação da independência de um povo que se orgulha de o ser há mais tempo do que a generalidade das nações, algumas das quais, hoje, desgraçadamente, dão ordens a esta pátria antiga, imagine-se, até sobre o modo como devem ser geridas as suas Forças Armadas.

Em segundo lugar porque, constituindo-se o combate como razão primeira que justifica a existência dos militares, circunstância que determina a sua contínua preparação para alcance de tal objectivo, nem

por isso os militares deixam de estar presentes colaborando e participando em missões de interesse público e em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Fazendo o que fazem, independentemente do risco e da importância das missões, fazem-no em absoluto espírito de missão, com total entrega ao dever de servir, sem outras contrapartidas que não sejam os seus modestos salários, acompanhados de restrições e deveres que, como é ou devia ser sabido, definem a sua condição militar.

E é assim: por poucas ou muitas horas, de dia ou de noite, com maior ou menor risco, com exigentes formação e competências, longe dos seus por curtos ou longos períodos, em condições de precariedade extrema, os militares cumprem!

E, para que se torne público, nunca é demais lembrar que, fazendo o que fazem, fazem-no sob juramento de que abdicam do supremo bem que é a vida, se e quando as circunstâncias o exigirem!

Constituem uma reserva da na-

ção, à qual, além do respeito pela sua dignidade, pouco exigem como contrapartida da sua disponibilidade permanente, não só porque a sua condição militar o impõe, mas fundamentalmente porque formados em valores de que, infelizmente, hoje, se encontram arredados muitos dos que, invertendo o sentido das suas obrigações, se servem da coisa pública para seu próprio benefício. Uma das razões que, em boa medida, são causa da lastimável situação a que o País foi conduzido e para o qual os remédios que gente alheia receita mais parecem servir para matar, quando do que o doente precisa é de cura.

Motivos que justificam que se imponha o reposicionamento adequado da valia dos militares e das Forças Armadas numa sociedade, à qual, paulatina, persistente e insidiosamente, sabe-se lá com que propósitos, é transmitida uma imagem que, além de constituir ofensa aos seus mais directos destinatários, põe em causa um dos alicerces fundamentais em que a nação se sustenta.

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo Acordo Ortográfico